

Etnografia e Organizações: transdisciplinaridade em antropologia & contabilidade

Ethnography and organizations: transdisciplinarity in anthropology & accounting

Etnografía y organizaciones: transdisciplinariedad en antropología & contabilidad

Luciano D'Ascenzi

Doutor em Ciências Sociais (Unicamp)

Diretoria de Tarifas e Serviços Econômicos da AGERGS – RS

luciano.dascenzi@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-6680-8032>

RESUMO

Objetivo: o texto retrata algumas possibilidades de diálogo transdisciplinar em contabilidade e antropologia em vista a ganhos marginais e sinérgicos.

Método e abordagem: sendo mediado pelo método etnográfico “customizado”, apresenta pontos à análise comparativa, em tempo, espaço e mobilização de elementos conceituais dos contextos de ação relevantes; destes, destaca o lugar relativo da funcionalidade, presente em ambas as práticas comparadas, enquanto elemento mais longo às ciências sociais, e ainda hegemônico no interior das organizações contemporâneas.

Contribuições: concluindo pela possibilidade, pertinência e utilidade do movimento, em vista à eventualidade dos problemas sociais mostrarem-se resistentes às abordagens fundadas na regulação de proporcionalidades das cadeias causais dos enfoques estrutural-funcionalistas.

Originalidade e relevância: instrumentaliza eventuais políticas em diversidade social, que vem deixando de ser excentricidade para configurar tendência e/ou objetivo organizacional cada dia mais importante.

Palavras-chave: Etnografia. Organizações. Transdisciplinaridade.

ABSTRACT

Objective: the text portrays some possibilities for transdisciplinary dialogue in accounting and anthropology in order to produce marginal and synergistic gains.

Method and approach: being mediated by the “customized” ethnographic method, it presents points for comparative analysis, in time, space and mobilization of conceptual elements from the relevant contexts of action; of these, it highlights the relative place of functionality, present in both compared practices, as the longest-lived element in the social sciences, and still hegemonic within contemporary organizations.

Contributions: *concluding by the possibility, pertinence and usefulness of the movement intended, in view of the eventuality of social problems proving to be resistant to approaches founded on the regulation of proportionalities of the causal chains of structural-functionalist perspectives.*

Originality and relevance: *it acknowledges possible policies on social diversity, which has ceased to be an eccentricity to set an increasingly important organizational trend and/or objective.*

Keywords: *ethnography, organizations, transdisciplinarity*

RESUMEN

Objetivo: *el texto presenta algunas posibilidades de diálogo transdisciplinario en contabilidad y antropología en vista a ganancias marginales y sinérgicas.*

Método y enfoque: *mediado por el método etnográfico "personalizado", presenta puntos de análisis comparativo, en tiempo, espacio y movilización de elementos conceptuales de los contextos de acción relevantes; de éstos, destaca el lugar relativo de la funcionalidad, presente en ambas prácticas comparadas, como elemento más longevo en las ciencias sociales, y aún hegemónico en las organizaciones contemporáneas.*

Contribuciones: *concluyendo por la posibilidad, pertinencia y utilidad del movimiento, ante la eventualidad de que los problemas sociales se muestren resistentes a abordajes basados en la regulación de proporcionalidades de las cadenas causales de enfoques estructural-funcionalistas.*

Originalidad y relevancia: *implementa posibles políticas sobre la diversidad social, que ha dejado de ser una excentricidad para marcar una tendencia y/u objetivo organizacional cada vez más importante.*

Palabras clave: *Etnografía. Organizaciones. Transdisciplinarietà.*

1. APRESENTAÇÃO

A ideia deste artigo surgiu após a mesa redonda Interfaces entre a Etnografia e Organizações realizada pelo Grupo Interdisciplinar de Pesquisa Cultura, Sociedade & Ambiente (GIPCSA), no escopo da ação de extensão universitária Metodologias Contemporâneas em Contabilidade (CONTEMP) desenvolvida na Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

Assim, minha participação, que acabou por redundar na produção deste texto, empreendeu dialogar com o público majoritário de estudantes de contabilidade então reunidos, tendo em vista o objetivo da ação universitária referida. E cuja necessidade anunciada fora de propiciar aos alunos de ciências contábeis, e afins, a compreensão da diversidade de abordagens metodológicas, tanto de caráter quantitativo, quanto qualitativo, desde que pudessem ser aplicadas em meio à elaboração de seus trabalhos e pesquisas.

Imbuído dessa demanda, intentei um diálogo entre antropologia e contabilidade intermediado pelo método etnográfico, visando estruturar algum nível de transdisciplinarietà. Tal tarefa foi ainda facilitada por minha formação inicial em economia das empresas e minha ocupação atual de especialista em regulação, mas principalmente em

vista aos nítidos objetivos do encontro, que delimitava o contexto relevante, sinalizando que o pólo relativo à antropologia organizacional poderia ser profícuo. Ademais, a tarefa parecia uma oportunidade sob medida para abordar a etnografia customizada, desenvolvida a propósito do período de titulação junto aos programas de mestrado em antropologia social e doutorado em ciências sociais do IFCH/Unicamp, e posteriormente publicada (D'Ascenzi, 2015).

2. INTRODUÇÃO

Em tempos de negacionismo, no sentido de discursos totalitários ritualizados pela repetição de teorias egocêntricas em detrimento da Ciência, a bem do rigor, vale realçar certas premissas básicas. Especialmente, aquelas que recaem sobre a importância da escolha ou construção teórica minimamente adequada ao contexto empírico tratado. Mesmo porque, a teoria tende a indicar, senão delimitar, as possibilidades metodológicas, cujos resultados dependem ainda, de uma aplicação coerente possível. Todos esses passos são necessários à garantia da qualidade científica de eventuais achados de pesquisa. Senão, a teoria na prática é outra. Assim, após “30 anos de blá-blá-blá”, permanece a ideia de que:

Não é a crise do capitalismo como modo racional de gerenciamento econômico que acabou por dominar nossa era. É, sem dúvida, a crise ecológica em torno da qual muitas tensões – mas também muitas possibilidades – estão, hoje [anos 1990], agrupadas. [...] é a crise de uma “modernidade danificada”, mas não deve ser identificada unicamente com o ambientalismo. Na verdade, a modernidade está indo de encontro aos seus limites [que] não dizem respeito apenas, ou mesmo em primeiro plano, aos aspectos físicos dos “limites do crescimento” [...] O que deve ser confrontado e elucidado [é] uma “ecologia da vida” (Giddens, 1998, p. 22).

Isso poderia passar, no meu entender, pela transdisciplinaridade, de modo a fazermos parte de uma mesma totalidade junto às ciências sociais, que enxergue e funcione para toda a diversidade social, sob o risco de não funcionar em geral.

Nesse espírito de diálogo, a etnografia pode ser considerada a metodologia por excelência na antropologia social, quanto ao objetivo de descobrir a teoria que informa a prática local, informando a estruturação da conjuntura estudada (Sahlins, 2003). Numa palavra, sua cultura: “A cultura não tem a menor possibilidade de desaparecer enquanto objeto primeiro da antropologia [...]” (Sahlins, 1997, p. 41).

Ilustrativamente, uma etnografia das ciências contábeis, definidas enquanto campo dos objetos de pesquisa, poderia empreender uma comparação dialógica a partir de algumas de suas práticas, teorias, normas etc.; com outras correlatas, mais próximas ao sujeito da pesquisa. Já que ambas podem ser consideradas práticas que refletem uma determinada mentalidade característica. Ou ainda, numa sequência similar àquela inaugurada em meio a um processo de tradução, relacionando determinados elementos desconhecidos com termos e objetos conhecidos pelo observador. Neste caso particular, tal processo de relativização dar-se-á com vistas a movimentos de aproximação e distanciamento, no sentido de familiaridade e estranhamento (Damatta, 1997). Apenas que, neste caso, trataremos brevemente da contabilidade em relação à antropologia organizacional, ocupada mais adiante pela proposta de *etnografia customizada* sistematizada em D'Ascenzi (2015), quando serão expostos os

elementos conceituais ali utilizados à guisa de instrumentos de decomposição analítica dos contextos de ação eventualmente estudados. Desse modo, e apenas no sentido indicado, pretende-se que esse tipo de análise comparativa permita ampliar gradualmente os significados contábeis em termos antropológicos e vice-versa.

Partindo-se para a ação metodológica, tal movimento pode ser iniciado com a escolha arbitrária, apontada pela curiosidade, de qualquer categoria espaciotemporal dentre as duas disciplinas indicadas, apenas a título de abertura do diálogo transdisciplinar. Ademais, estabelecido o início da troca de significados particulares, passa-se à dialogia, esta dirigida pelos resultados heurísticos provisórios, tendo sempre em mente os objetivos de pesquisa.

Particularmente ao evento de referência, cabe recordar que o diálogo foi inaugurado, naquela ocasião, pela comparação entre os diferentes contextos de surgimento dessas duas ciências sociais. Ademais, partiu-se da datação relativa, estabelecida em função do surgimento de seus respectivos autores inicialmente reconhecidos, senão resgatados posteriormente pela atividade didático-científica, mas que a história das disciplinas se encarregou de classificá-los sob a prestigiosa alcunha de “clássico”, para normalmente sugerir como ponto de partida ao noviciado. Desse modo, tivemos nossa atenção inicial voltada ao fato de que tal exercício reunia uma das primeiras ciências sociais, a contabilidade, cujos primeiros sinais perdem-se na antiguidade, e práxis científica considerada a partir do século XV, demonstrando um desenvolvimento constante e uniforme, além de plena absorção social da contabilidade em meio ao imaginário social; comparada com a antropologia, uma das mais recentes, além de estranha e desconhecida (Mattos, 2003), com primeiros sinais apenas a partir do final do século XIX, quando inicia seu percurso relativamente escorregadio, fragmentado e permeado por crises de identidade.

Ao final e ao cabo, discute-se o alcance e os limites do elemento conceitual da funcionalidade, central na contabilidade, bem como nas ciências econômicas em geral; e seu lugar de destaque na totalidade dos contextos de ação organizacionais capitalistas, em meio aos demais: normatividade, intencionalidade, linguisticalidade, consensualidade e estrategicidade (D'Ascenzi, 2015).

3 TEMPO & ESPAÇO DOS DISTINTOS PROLEGÔMENOS DISCIPLINARES

Na Europa ocidental, à época das grandes navegações, patrocinadas pelos Estados em franca formação, acirrava-se a necessidade de registro e controle do comércio florescente. Nesse contexto, portanto, bem antes do Iluminismo e seu embate pela independência e hegemonia da ciência frente à teologia, mas ainda sob o manto do conhecimento ministrado pela Igreja, o campo daquilo que viria a ser modernamente a Contabilidade passou a estabelecer certa regularidade no desenvolvimento de seu cabedal. Ao que foi originando os primeiros sistemas de informações sociais metódicos. Para tanto, houve protagonismo do conhecimento em matemática, especialmente em proporções, dando conta da dinâmica de crescimento econômico delineado pelo período mercantilista, de transição entre os modos-de-produção Feudal e Capitalista (Dobb, 1986). Com destaque para o frade franciscano e matemático Luca Pacioli, que chegou a trabalhar com Leonardo da Vinci, e considerado o pai da contabilidade moderna” (O Explorador, 2019).

Por seu turno, e muito tempo depois, em torno de quatro séculos, a antropologia surgia já segmentada, a partir de três desenvolvimentos iniciais concomitantes e independentes. Assim, Boas nos Estados Unidos, Durkheim na França, bem como Malinowski na Inglaterra iniciam seus respectivos trabalhos de modo a consubstanciar três enfoques epistemológicos simultâneos, numa caracterização hoje peculiar às ciências sociais, em geral, quando comparada às ciências da natureza e sua superação sucessória de paradigmáticas, os novos substituindo os anteriores (Kuhn, 2017; & Oliveira, 1988).

Nessa época, ao final do século XIX e início do XX, vivia-se o auge do capitalismo-colonial, baseado na exploração de sociedades ditas primitivas, num sistema regulado internacionalmente pelo padrão-ouro e mentalidade sustentada pelo pensamento evolucionista, cujas metodologias ainda rudimentares buscavam mimetizar as ciências da natureza. Eram parte da invasão, posse e exploração de sociedades exóticas subjugadas. A partir dessa visão-de-mundo, compartilhavam da busca por “elos perdidos”, como que demonstrando as fases evolutivas por que teria passado a sociedade civilizada de então, da Europa ocidental; num biologismo à moda darwinista, com maior ou menor ênfase. Hoje, tanto o colonialismo quanto o evolucionismo restam devidamente superados, embora marquem fortemente o ponto de partida da disciplina, à época herdeira daquilo que alternativamente poderia ser definido em termos de uma espécie de física social, dada a busca por leis estáveis universais por serem descobertas, regendo o mundo social como a lei da gravidade funciona no mundo físico. Aliás, a metodologia e muitas das categorias analíticas referenciaram, em maior ou menor grau, as ciências naturais, em certa medida, defendendo, até meados do século passado, a pretensão de objetividade científica absoluta. Como se os resultados sociais não passassem pelo crivo político em meio ao livre-arbítrio das pessoas envolvidas.

E de fato, salvo pelo não planejado, nada disso restou incólume, em meio aos sucessivos processos de desenvolvimento por que passaram os diferentes paradigmas e suas ramificações, todos permeados por contínuos movimentos heurísticos-dialéticos de tese, antítese e síntese. Um processo longe de esgotado, e que continua auxiliando na construção de novos paradigmas, tendo em vista o imperativo de explicar a realidade e os significados nela presentes.

Em síntese, dentre outras coisas, tal processo redundou na descoberta de seu objeto de estudo mais importante, a “cultura”, cuja significação, seja em ação, seja em estruturação sociais, tendem a aparecer em contraposição à “natureza”. De modo que o cultural e o natural revestir-se-iam de ontologias distintas. Assim, enquanto a primeira resultasse de escolhas sociais particulares a cada grupo identitário, podendo variar conforme a sociedade, a natureza restaria regida por leis universais invariáveis: físicas, biológicas etc.

Importante destacar, que o surgimento das duas disciplinas parece corresponder a tentativas de encaminhamento de ideias e necessidades peculiares à época em que teriam surgido. Sendo que o fato de haverem permanecido ativas até hoje denota algum nível de resolutividade frente aos desafios e perguntas levantadas nos períodos históricos subsequentes.

No interior a cada contexto, tem-se que o “pai da contabilidade” era, ao mesmo tempo, religioso e matemático. Um paradoxo característico à mais típica conflituosidade institucional amadurecida ao longo do período Iluminista; enquanto o desenvolvimento da antropologia, quatro séculos depois, viria registrar os limites e desilusões com aquele projeto de humanidade.

Nesse sentido, Pacioli é especialmente celebrado por sua contribuição a partir da matemática, mais especificamente, em “Proporcionalidades”. Embora a ideia das partidas dobradas indique uma possibilidade de síntese própria, em religião e ciência, duas formas abstratas distintas, e à época antagônicas, de entender o mundo. Qualquer que tenha sido a trajetória, desenvolveu a metodologia utilizada até os dias de hoje, em débito e crédito. Absolutamente em linha com os desdobramentos em princípios contábeis, mas também à visão religiosa de pecado e indulgência tão central na Igreja da (contra) reforma religiosa. Contribuindo decisivamente na construção de conjunto teórico-metodológico de desembaraço da prática econômica, baseada em lógica que regula o registro da ação mercantil. Numa época em que a ciência ainda não havia segmentado analiticamente o conhecimento: primeiro sobre a natureza; para depois, descobrir a sociedade. Redundando, nesse espaço de quatro séculos, em tantas partes quanto o número de disciplinas do conhecimento especializado moderno. Vamos ver a partir de outra dimensão?

Outra alternativa exploratória transdisciplinar poderia ser uma busca por entender a contabilidade em meio à generalidade das ciências sociais. Nesse outro sentido, partindo do nível mais geral, tem-se a teoria social dividida em teorias da ação e teorias normativas ou estruturalistas, cada qual com sua devida adequabilidade, dado um determinado contexto empírico tratado. As primeiras, da ação, tendo em vista a realidade eventual ou pungente, senão gerenciadas, das mudanças sociais, bem como a agência dos atores sociais e suas organizações no tempo; as últimas, estruturalistas, boas para explicar a continuidade, senão da necessidade de algum nível de permanência, subtraem a proeminência da dimensão temporal para destacar as convenções prévias à ação social (Firth, 1974).

A partir dessa lógica alternativa, das ciências sociais em geral, o desenvolvimento da ideia que relaciona débito & crédito permite uma totalidade denominada, por exemplo, de balanço patrimonial; ou de outro agregado patrimonial alternativo. Cujas decomposição em lançamentos contábeis no tempo, permite esmiuçar a história funcional da organização. Uma síntese que informa os elementos dos dois tipos teóricos gerais das ciências sociais: da ação social (ou organizacional) no tempo, consubstanciada pelos lançamentos em débito e crédito, duas dimensões da mesma ação do agente organizacional; e da estrutura social, conforme uma análise vertical do demonstrativo (agregado) permitiria vislumbrar, inclusive em termos de higidez funcional.

Já a antropologia, por seu turno, tenderia a comparar cada ação dos agentes à própria justificação, registrando ambos no caderno de campo. Idealmente, até que os registros se tornem repetitivos, redundantes etc. A análise posterior permite contar a história simbólica (cultura), no caso, da organização. Esse, grosso modo, o método etnográfico.

Ou seja, o registro, controle e análise dos demonstrativos financeiros e patrimoniais estaria para a contabilidade; assim como a observação participante, em meio ao trabalho de

campo, e a análise densa estariam para a etnografia. Ou ainda, o diagnóstico da análise de balanços de um lado; e a cultura de outro.

O método para mapear uma cultura pode ser executado a partir de dois procedimentos básicos, a observação participante e a descrição densa. O primeiro durante o trabalho de campo, o outro, devidamente apartado. Sendo que o caderno de campo faria a ligação entre os dois. Nele é que são registradas as ações e explicações dos atores organizacionais, de modo que o caderno de campo está para a etnografia, assim como o livro-razão está para a contabilidade.

Durante a observação participante são anotados no caderno de campo *layouts*, documentos, hierarquias, fluxos, tempos, diálogos, desentendimentos, rituais, piadas etc. Enfim, todo e qualquer dado que possa explicar o significado das coisas e dos comportamentos daquele lugar. Para isso, a observação precisa ultrapassar a mera descrição, passando a ser participante, já que por vezes o entendimento de um significado depende, senão é facilitada, de motivação específica. E isso, porque a diferença entre o que é dito e o que é feito, eventualmente, pode ser mediado por um nível de coerência de difícil apreensão.

Contudo, é fácil depreender das explicações acima, parafraseando Garrincha, “que falta combinar com os russos”. Afinal, mesmo nos casos em que o etnógrafo fizesse parte da organização pesquisada, o livre acesso físico e documental está muito longe de ser a regra, prevalecendo sempre algum nível de confidencialidade. Então, para registrar, precisa ter acesso a tudo quanto fosse suficiente ao mapeamento extensivo da cultura local. Em antropologia, isso é denominado de autoridade etnográfica. Mais fácil de obter numa tribo de uma colônia. Não numa empresa ou repartição pública.

Isto é, a observação é participante no sentido de que a interação é ativa, precisando de certo nível de autoridade para tanto quanto os objetivos de pesquisa demandem, especialmente caso o ambiente do trabalho de campo seja ostensivamente controlado. O que tende a ser a regra. Uma liberdade que precisa ser previamente parametrizada e negociada, prévia e formalmente consentida por quem quer que seja por direito, desde os objetos a serem pesquisados, passando pelo tempo e compartilhamento de achados de pesquisa. Enfim, a liberdade de movimentos para requisitar documentos, entrevistar pessoas, participar de eventos e reuniões etc. Tudo quanto, e desde que, haja indicação metodológica. Um conjunto abrangente que precisa ser encarado a partir da dimensão ética. O que passa pela negociação e cumprimento, não apenas do conteúdo, mas também do tempo à devolutiva, já que o tempo gerencial é o tempo do processo decisório frente aos problemas localmente assim qualificados.

3.1 Etnografias do Capitalismo Contemporâneo: da Etnografia Compartilhada à Customizada

Tendo em vista a adaptação do método etnográfico a contextos organizacionais modernos, o grupo de pesquisas da Unicamp, Etnografias do Capitalismo Contemporâneo, desenvolveu a etnografia compartilhada, lançada a partir de ideia publicada em Oliveira e Ruben (1995). Muito grosso modo, explorar-se-ia, comparativamente, a polissemia reinante quanto aos diferentes significados postos, ou implícitos, para a categoria organização e suas

derivadas contextualmente relevantes. Numa relativização possibilitada pelo compartilhamento da autoridade etnográfica junto à direção local, para desatar um dos principais nós destacados no item anterior. A iniciativa inaugurou uma sequência de desenvolvimentos, contribuindo para ampliar o campo de trabalho e pesquisa em antropologia; mas principalmente, consubstanciando em nova frente de humanização das relações de trabalho (a título de ilustração para o período citado: (Idéias, 2014; Idéias, 2004; Ruben, Serva & Castro, 1996; & Ruben, 1995).

Em meados do intervalo de tempo indicado, surgiu a oportunidade de integrar aquele grupo, bem como os programas de pós-graduação em antropologia social e em ciências sociais do IFCH/ Unicamp, quando a etnografia customizada foi desenvolvida, em meio às ideias então ali discutidas. Assim, dado o objetivo de etnografar os lugares de poder baseados nos modos de reprodução funcional de nossa sociedade, passou-se à construção de um aparato que permitisse ajustar o tempo de pesquisa ao tempo gerencial, além de continuar aperfeiçoando a questão da autoridade etnográfica. O que passou por propostas de análise e instrumentalização próprias, para elaborar o recorte dos objetos culturais relevantes, a partir da construção da(s) pergunta(s) de pesquisa compartilhada entre etnógrafo e direção local. Equacionando um acesso ao campo suficiente à empreitada heurística, assim garantido junto ao nível estratégico da organização.

No caso concreto com implicações gerais, numa aplicação do método que servirá de ilustração mais à frente, o contato inicial foi prolongado em meio a dois encontros, a partir de um procedimento experimental que restou denominado como reuniões de customização. A primeira com a gerência de RH e a segunda, principalmente, com o diretor-presidente. Ambas intermediadas por uma empresa parceira. Tal procedimento de pesquisa fora concebido para facilitar o acesso definindo um contato específico, instrumentalizar a prospecção do objeto e definir o tempo de pesquisa, enquanto bases de uma contratualização à moda empresarial. Afinal, o tempo de pesquisa tende a ser proporcional ao recorte do objeto estudado, que, concomitantemente, precisaria ter utilidade suficiente para a organização, a partir dos pontos de vista de quem decide se haveria ou não pesquisa. E dada nossa fé esclarecida no método etnográfico, bem como a dificuldade para viabilizar o acesso ao campo de pesquisa, solicitamos conhecer apenas problemas tidos como insolúveis; que já tivessem sido objeto de programas e/ou consultorias, mas colhido resultados insatisfatórios etc.

A bem da verdade, o formato indicado relata um resultado obtido em meio a uma longa sequência histórica, cheia de idas e vindas, envolvendo outros personagens e empresas. Num périplo de algumas experiências, cujos detalhes encontram-se na tese, além de retratados em D'Ascenzi (2015).

Aqui, de volta ao plano analítico, precisaremos estabelecer que qualquer realidade, ou mais a rigor, qualquer contexto, envolve uma infinidade de dimensões potencialmente estudadas, sob as mais diversas disciplinas da ciência, natural ou socialmente. Isto é, dada uma totalidade, esta pode ser artificialmente segmentada inúmeras vezes para fins de análise, a partir dos mais diferentes critérios, revelando outros níveis de especialização e/ou interlocução. Foi justamente a instrumentalização dessa peculiaridade, intrínseca ao fazer científico, que veio a permitir a sincronização de tempos entre empresa e etnografia, esta

adaptada àquela. Apenas, que essa operacionalização específica tende a necessitar de algum nível de conhecimento transdisciplinar prévio, frente às lógicas e os idiomas locais, caracterizados por extrema instrumentalidade funcional, de resto, corrente nos contextos organizacional-administrativos; uma ordem própria, e onde tudo costuma ter sua hora e lugar, quem manda, quem obedece etc. Um contabilista bem o sabe. Prossigamos!

Assim, enquanto o método das partidas dobradas desdobra uma ação organizacional em débito e crédito, a fim de registrá-la em contas proporcionalmente ajustadas, permitindo perscrutar a história e situação patrimonial da empresa; a etnografia customizada propõe segmentar os registros do caderno de campo quanto aos contextos de ação observados, relevantes à pergunta de pesquisa, em até seis elementos conceituais: funcionalidade, normatividade, intencionalidade, consensualidade, linguisticalidade e estrategicidade; tendo em vista entender os significados das categorias organizacionais junto ao lugar de pesquisa. Então, na contabilidade, uma ação equivale a no mínimo dois registros; na etnografia customizada, no máximo seis.

Ademais, e apenas a título de emparelhamento deste diálogo transdisciplinar, tais elementos podem ganhar organicidade variada, ao gosto dos objetivos de pesquisa, quando relacionados em maior ou menor grau, conforme proposto na tese, por meio de redes sociais (Barnes, 2009). Uma etapa fora do escopo do diálogo que consubstanciou esse artigo, mas que integra a metodologia citada e sua posterior publicação.

A funcionalidade é sempre o ponto de partida, já que configura o elemento conceitual central em contextos organizacionais de cunho administrativo, não apenas em termos de rotinas, registros e documentos, mas também pela lógica e juízo de valor imperantes. Isso implica em atenção primeira, tanto na preparação e execução das reuniões de customização, quanto no procedimento de observação participante, quando do início do trabalho de campo propriamente dito. Ocorre que a funcionalidade é o idioma que se fala, a régua que se mede e o ar que se respira nesses contextos de trabalho. Ela se refere às cadeias de causa e efeito; ou numa linguagem mais universal: $Y=f(X)$; onde, Y é a variável dependente; X , a independente; e f estabelece a proporção na relação de igualdade entre elas. Quer dizer, a funcionalidade estabelece relações estáveis e unidirecionais, de modo que as alterações em Y são causadas por alterações em X ; que se pode alterar ou explicar Y , alterando ou explicando X ; mas não o contrário.

Esse elemento conceitual explica ações que imitam a natureza, em suas estabilidade e regularidade. Não por acaso, o mais longo no interior das ciências sociais. Estabelecido desde que sua epistemologia, em teorias e métodos, procurava seguir as ditas ciências normais ou da natureza, numa luta inglória por descobrir leis sociais inderrogáveis, como a lei da gravidade junto à física. Termos como mecanismo, estrutura etc.; são marcas dessa trajetória. Bem por isso, permanece como elemento conceitual central das primeiras ciências sociais, como a contabilidade e a economia, e chegando até a psicologia behaviorista. Não por acaso, as ciências que fornecem teorias e métodos correspondentes às organizações administrativas modernas. Bem por isso, o ponto de partida da etnografia customizada, possibilitando a interação e diálogo junto ao *locus* de pesquisa.

Colhidos, compreendidos e analisados os registros de ordem funcional relevantes à pergunta de pesquisa, o pesquisador passa realmente a entender o ponto de vista da gestão local frente ao problema antes discutido e explicado. Inclusive quanto às incongruências de registros, de modo similar às diferenças de proporcionalidade que guiam o contador no fechamento do balanço ou numa auditoria.

É apenas a partir disso, que o caminho dialógico a ser trilhado resta claro. Assim, a busca pela compreensão continua em meio ao procedimento de análise densa, passando a complementar as arestas interfuncionais, não mais à procura de (in)coerências e igualdades; mas das diferenças. Potencialmente, a partir daqueles seis elementos conceituais de maior complexidade citados. Mesmo porque, considerados ou não, tanto podem emperrar como facilitar a funcionalidade e os resultados desejados.

Sempre lembrando que, enquanto a funcionalidade quantifica e relaciona regularidades, igualdades, proporcionalidades e direcionalidades; os elementos aqui denominados por complexos não apresentam comportamento e direcionalidade uniformes. Assim, mesmo não servindo para estabelecer relações bem-comportadas, são meios para explicar diferenças, permitindo adensar a análise até que o problema de pesquisa reste suficientemente esclarecido. Frise-se: apenas na medida do necessário. Mesmo porque, o tempo gerencial urge. Além disso, a janela política, que veio a permitir interlocução e compartilhamento, pode não permanecer aberta por muito tempo. Outras lógicas também atuam junto ao contexto de pesquisa. Nem todas transparentes.

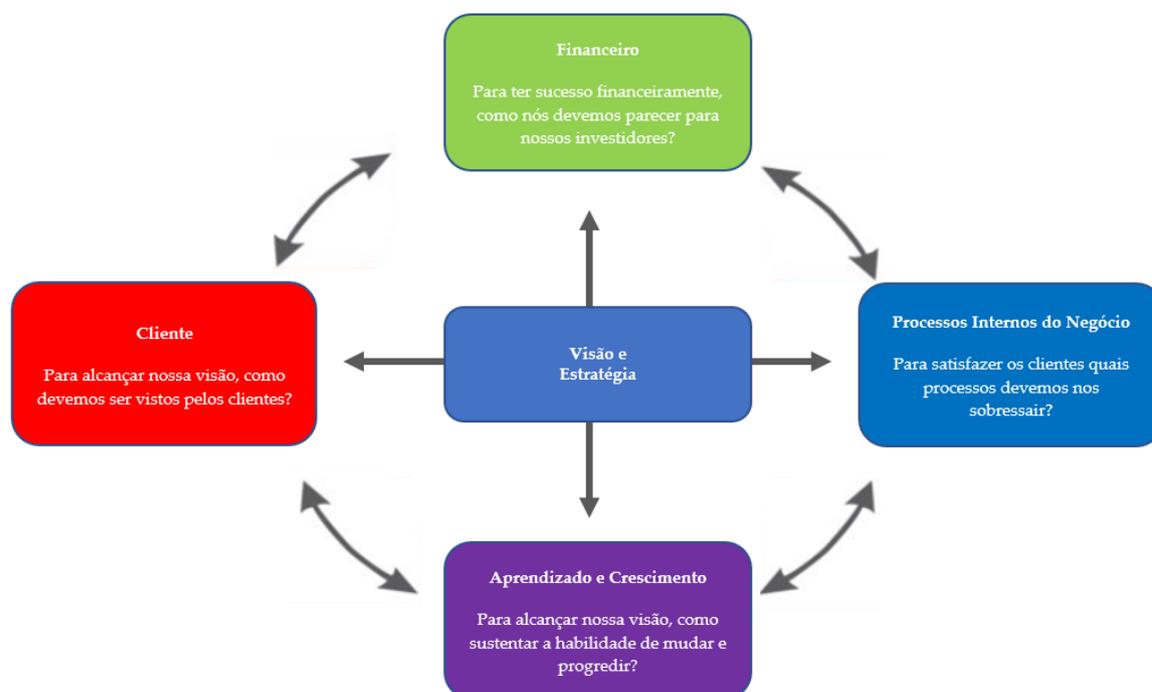
Realizada a pesquisa contratada, ao fim e ao cabo, a etnografia customizada pode oferecer um diagnóstico, ou devolutiva, conforme o gosto do interlocutor, com possibilidades e limites claros à ação da gestão frente à queixa original. Dado a partir do esclarecimento quanto à origem e reprodução da situação ou comportamento indesejado, friso, pela gestão. Com quem a autoridade etnográfica fora negociada e dividida, vindo a permitir o trabalho de campo.

Mas, antes de passar para os elementos conceituais de ordem complexa, retomados na conclusão deste artigo, poderia ser mais produtivo ilustrar as possibilidades da etnografia customizada, a partir do resgate de um dos resultados de pesquisa realizada numa *softwarehouse* em 2008.

Condensando a série de relatos, explicações e documentos específicos, a empresa apresentava, como problema insolúvel, um certo comportamento antissocial das ditas engenharias. Na verdade, o chão-de-fábrica daquela desenvolvedora de programas de computador. Haveria problemas de relacionamento com clientes, colegas de outras áreas, com o programa de lucros e resultados etc. Enfim, algo que lhes era imputado como intrínseco ao perfil profissional demandado, de programador. Portanto, da natureza das coisas e, assim, insolúvel. Por outro lado, demonstravam muito orgulho frente ao planejamento estratégico, cuja metodologia empregada era o *Balanced ScoreCard (BSC)*. Muito rapidamente, a concepção original, esquematizada na figura 1, guardava pouca relação com a realidade mapeada pela etnografia. O modelo conceitual de Harvard (Kaplan & Norton, 1992) fora idealizado para criar relacionamentos sinérgicos, no sentido de causação recíproca entre as principais áreas da organização. O que restaria estabelecido a partir da interrelação entre suas métricas de

desempenho, cujos resultados conjuntos consubstanciarão a implementação do planejamento estratégico, visando ao reposicionamento da empresa, de um estado atual para outro, mais alinhado com a visão de futuro da direção:

Figura 1 -
Esquema BSC básico



Fonte: D'Ascenzi (2015)

Assim, as setas duplas indicariam interrelação entre agregados setoriais, cada um ajudando a alavancar o atingimento dos resultados desejados dos demais. Todos representados por um certo número limitado e específico de indicadores; todos partindo do plano e regressando à visão (futura) ao centro.

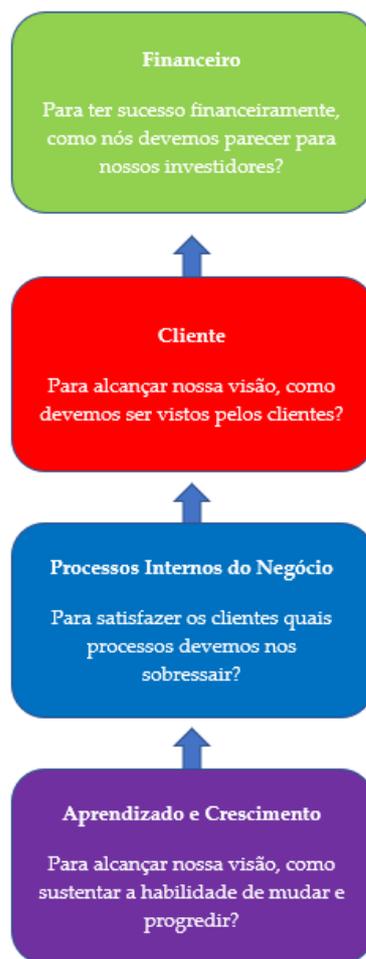
Contudo, o mapeamento simbólico encontrou a esquematização da figura 2. Isto é, causalidade unidirecional a partir de uma sequência recorrente: partindo de "Aprendizado e Crescimento", enquanto elemento fundamental; passando por "Processos Internos do Negócio", que apenas buscam refletir o item anterior; para encontrar o "Cliente" à procura de soluções e assistência; o que redundava em resultados junto ao agregado "Financeiro".

A sequência abaixo pôde ser percebida, tanto nas práticas recorrentes das pessoas, quanto dos instrumentos de *enforcement* tático da gestão. Ou seja, as pessoas agiam em harmonia com os incentivos e controles implementados pela empresa, o que também foi confirmado junto às explicações dos "colaboradores" entrevistados. Nesse sentido, a preocupação primeira, desde o recrutamento até a hierarquia estratégica, formal e

informalmente, era, de longe, com a capacitação. Todo o resto submetido a esse vetor e suas necessidades. Ao final da fila, percebido de maneira abstrata e pouco inteligível, surgiam os indicadores financeiros, lembrados apenas por ocasião das reuniões do planejamento estratégico, numa cerimônia geral, apartada dos processos de trabalho, junto às quais as engenharias descobriam o resultado final dos esforços coletivos.

Figura 2

Encadeamento encontrado



Fonte: D'Ascenzi (2015)

Portanto, a mudança do comportamento indesejado passaria pela readequação de alguns processos de trabalho, mas sobretudo, dos instrumentos táticos e dos programas específicos, caso fosse mantido o resultado estratégico original. Algo que apareceu bem assimilado pela gestão, desde a reunião de devolutiva, como o RH local assim batizou, até as adequações então em curso à época da entrega da tese acadêmica, conforme mensagens de e-mail registradas em D'Ascenzi (2015), bem como numa visita posterior à nova sede.

Já discutimos a funcionalidade, inclusive do ponto de vista da contabilidade, citando sua familiaridade fundante junto a este elemento conceitual central aos contextos de ação organizacional. Contudo, situações inéditas, fora dos padrões ou mesmo os conflitos, desde os

mais leves e quase que invisíveis, como os casos relatados em D'Ascenzi (2015), também merecem tratamento analítico condizente, ao que possibilitaria a incorporação de novos mecanismos de humanização no interior dos contextos organizacionais contemporâneos. E uma vez que partimos da funcionalidade hegemônica, dada sua regularidade analítica e didática, um maior aprofundamento investigativo dependeria de novos elementos, assim complementares. Que ajudassem a qualificar, comparar, relacionar e, no limite, até mapear as eventuais diferenças frente ao objeto cultural recortado. Suas características ainda podem ser mais bem discutidas em termos abstratos.

A normatividade é o mais familiar dos elementos complexos nesses contextos, senão quanto à abrangência e às implicações. Assim, quase sempre faltam considerações quanto à força ou vigor da regra. E isso, numa série de intervalos valorativos. Num intervalo infinitesimal, entre: formal e informal, “pra-inglês-ver” e “pra valer”; retrospectiva ou prospectivamente; e toda uma série de possibilidades que a análise da ação concreta põe em relevo. Mas que, minimamente, ajuda a perceber como o lugar do fenômeno está estruturado em termos de incentivos, interdições e consequências às ações de seus integrantes e grupos.

A linguisticalidade é o reino da cacofonia, por vezes atenuada, noutras agravada, pelo uso de jargões e sinais identitários. Nesse sentido, achar que entendeu a mensagem pode ser ainda mais conflitivo do que a certeza de não ter entendido. Bem por isso, os termos dos discursos precisam ser explicados pelos emissores e testados na prática, comparativamente. Mesmo porque, o nível de coerência entre discurso e ação reveste-se de importância heurística, mas quase nunca são totalmente coerentes para o observador externo.

A intencionalidade tende a revelar um conjunto de definições de como a organização é idealizada/ideologizada, o que sempre varia muito, do nível estratégico ao operacional, vertical e horizontalmente, mas não em termos absolutos. Ocorre que a organização é um lugar de compartilhamento, de intenções e planos, metas e objetivos; de indivíduos, grupos, setores, segmentos, que se organizam para realizar coisas, novas ou não. Às vezes de fato, noutras “só da boca pra fora” ou, na maior parte das vezes, em algum nível entre essas duas possibilidades extremas. No sentido daquilo que se pretende: qual o plano? Para que serve uma determinada categoria/objeto organizacional? Qual o sentido daquilo que faço aqui?

Tanto quanto os demais elementos, a consensualidade precisa ser percebida em níveis, de maior ou menor intensidade. Por exemplo, quanto às diferentes interpretações frente a um significante específico, que pode inclusive ser o objeto de pesquisa. Ou seja, é importante pensar em termos de intervalos de consensualidade, desde a ausência total de cooperação, até uma cooperação resoluta e incondicional, o que tende a ser diretamente proporcional ao nível de consensualidade frente a uma dada situação concreta. Ou ainda, tem-se que os alinhamentos e os antagonismos quanto a significados identitários relevantes tendem a originar segmentações conhecidas por “panelinha”, cuja contraposição tem como originar e alimentar conflitos.

Por fim, a estrategicidade costuma vir acompanhada por padrões identitários minoritários, embora possa ser utilizada para retratar distinção hegemônica. Num caso ou noutro, tem-se que os significados tendem a não ser explicados, mas ocultados. E assim, conhecidos apenas pelos que compartilhem dos eventuais elementos identitários fundantes. É

o reino do nós não confiamos neles. Os primeiros, familiares; os últimos, um sujeito indeterminado a ser preenchido caso a caso. E dado que na etnografia customizada o tempo urge, a estrategicidade acaba ocupando o papel de variável de ajuste. Ou seja, sabendo o que procurar, aumenta a chance de encontrar, mas apenas caso venha a ser muito necessário ao entendimento.

A título de conclusão provisória, ter-se-ia que a metodologia de segmentar em termos abstratos o contexto da ação organizacional em elementos conceituais permitiu, junto ao caso relatado, melhor entender a totalidade empírica observada, tendo em vista fornecer avaliação qualitativa auxiliar à superação de problemas organizacionais fora do alcance das teorias estruturais-funcionalistas. Entretanto, essa expectativa de contribuição prático-científica é tanto maior, quanto mais seu retorno/devolutiva dar-se em termos do idioma local, no caso a funcionalidade real em fluxograma, num rearranjo do desenho idealizado, dada a necessidade de permitir um novo e maior entendimento. Quanto a isso, a etnografia customizada parece haver atingido tal objetivo.

4. CONCLUSÃO: ENTRE A FUNCIONALIDADE E A TOTALIDADE

A contabilidade vem acompanhando *pari passu* os desenvolvimentos das organizações capitalistas desde muito antes da gênese destas. Outras ciências foram sendo incorporadas ao fazer administrativo, não sem conflito, passando a conviverem numa família cada vez mais diversa, para produzir resultados sociais cada vez mais eficientes, mas não necessariamente melhores (efetividade). Especialmente em termos de equidade ou intergeracionais. Num processo formado por práticas e estruturas crescentemente especializadas, peculiares a cada campo disciplinar e suas atividades correlatas. De modo que a complexidade ainda resta segmentada, e os resultados não puderam migrar da eficiência para a efetividade necessária à superação de muitas mazelas sociais, bem como à garantia de um futuro sustentável às próximas gerações.

No interior dessas organizações departamentalizadas, as pessoas pensam, agem e competem em acordo à respectiva formação, permeadas pelas estruturas e processos sociais em que passaram a conviver; eventualmente, com egressos de outras disciplinas, senão com graus variados de empirismos. Por outro lado, isso não significa que elas não possam inovar; e até mesmo, no limite, agir à margem do socialmente aceitável. Com isso, a ação de fazer diferente daquilo que se espera pode ser interpretada de maneira variada ou, mesmo, negativa. Por vezes, inadvertidamente, como no caso tratado. Embora a disfunção relatada tenha sido administrada pela organização de maneira inusitada, em meio a toda uma série de possibilidades que, a princípio, não restam limitadas às abordagens científicas. Afinal de contas, nem sempre a ciência é consultada, podendo até mesmo ser marginalizada, a partir de quem tenha formação diferente e/ou poder específico para tanto. Então, o leque de possibilidades e resultados empíricos também só faz crescer a complexidade.

As variações sociais, decorrentes dessas tantas escolhas de escolhas, conformam diferentes lugares cada dia mais diversos. Tais diferenças consubstanciam objetos culturais passíveis de estudo, o que a antropologia social permite fazer no tocante aos respectivos

significados simbólicos. Ocorre que a realidade, onde quer que seja, constitui uma totalidade que, quando estudada, pode ser recortada em termos abstratos em meio ao método científico, que não precisa ser positivista. Isto é, dada a complexidade crescente, e em nome da inteligibilidade, o tratamento extensivo torna-se uma impossibilidade, abrindo a necessidade de segmentação, desde a seleção do objeto de estudo, passando pela temporalidade, elementos conceituais ou estruturais etc. Numa sequência de recortes que o proponente precisa ir estabelecendo justificadamente, em função do objetivo de pesquisa.

Foi assim que a etnografia customizada demonstrou-se um método adequado para compreender e avaliar programas de gestão, englobando e segmentando pragmaticamente, desde o problema enfrentado até os resultados colhidos. Sempre operando a partir das representações do nível estratégico da organização pesquisada, com quem dividiu a autoridade etnográfica para delimitar objeto e tempo à entrega de respostas úteis à reformulação de políticas em direção à efetividade. Para isso, parte e retorna à funcionalidade, desde a formulação da pergunta de pesquisa, até a reunião de exposição do mapeamento do problema relatado.

REFERÊNCIAS

- Barnes, J. A. R. (2009). *Redes sociais e processo político*. In: Feldman-Bianco B. (org.) *Antropologia das sociedades contemporâneas: Métodos*. São Paulo: Unesp.
- Oliveira, R. C. (1988). *Sobre o Pensamento Antropológico*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- Oliveira, R. C.; Ruben, G. R. (1995) *Estilos de Antropologia*. Campinas: Unicamp.
- O Explorador (31 de agosto de 2019). Luca Pacioli, frade italiano, autor do livro de matemática do Renascimento, 'Summa Arithmetica' considerado o primeiro manual de contabilidade da história. *O Explorador*. <https://www.oexplorador.com.br/luca-pacioli-frade-italiano-do-renascimento-autor-do-livro-de-matematica-do-renascimento-summa-arithmetica-considerado-o-primeiro-manual-de-contabilidade-da-historia/>
- D'Ascenzi, L. (2015). *Cultura e Inovação em Organizações*. Curitiba: Appris.
- Damatta, R. (1997) *Carnaval, malandros e heróis*. Rio de Janeiro: Rocco.
- Dobb, M. A (1986) *Evolução do Capitalismo*. São Paulo: Nova Cultural.
- Firth, R. (1974) *Elementos de Organização Social*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Giddens, A. (1998) *Política, Sociologia e Teoria Social: Encontros com o pensamento social clássico e contemporâneo*. São Paulo: Unesp.
- Idéias Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. (5, 9) (2014). *Dossiê. Etnografias do Capitalismo Contemporâneo revisitado*. Campinas: Unicamp.
- Idéias Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. (11,3) (2004). *Edição Especial. Etnografias do Capitalismo Contemporâneo*. Campinas: Unicamp.

Kaplan, R. & Norton, D., (1992). The Balanced Scorecard – Measures that drive performance. *Harvard Business Review*.

Kuhn, T. A (2017) *Estrutura das Revoluções Científicas*. São Paulo: Perspectiva.

Mattos, A. L. L. B. D. (2003) *Antropólogos e antropologia entre o acadêmico e o não-acadêmico: outras inserções*. Dissertação de mestrado. IFCH/ Unicamp,

Ruben, G. (1995) Empresários e globalização: prolegômenos de uma metodologia antropológica de compreensão e ação. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, 28 (10), 71-87.

Ruben, G.; Serva, M. & Castro, M.L. de (1996) Resíduos e complementaridade: das relações entre a teoria da administração e a antropologia. *Revista Brasileira de Administração Pública*. Rio de Janeiro, 30 (3) 68-80.

Sahlins, M. (1997) *O pessimismo sentimental e a experiência etnográfica*. Parte I. *Mana*, 3 (1), 41-73.

Sahlins, M. (2003) *Ilhas de História*. Rio de Janeiro: Zahar.

NOTAS

Editores

Editora Geral: Viviane da Costa Freitag

Editora Adjunta: Victoria P Zuniga Melo

Histórico

Recebido em: 26/10/2021

Revisado por pares em: 25/11/2021

Reformulado e recomendado para publicação: 11/01/2022

Publicado em: 30/06/2022